

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá - 2019

Aos vinte e nove dias do mês de outubro, do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se no Auditório da Biblioteca Pública Municipal “Leôncio Correia”, sito à Av. Gabriel de Lara, s/n – João Gualberto, para a 9ª Reunião Ordinária do ano de dois mil e dezenove, tendo como Pauta: 1. Justificativas e Expediente do Conselho; 2. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2019; 3. Apresentação do Programa Família Acolhedora da Secretaria de Assistência Social; 4. Protocolo de Dispensação de Imunobiológico (vacinas); 5. Assuntos Gerais. Estavam presentes os Conselheiros: **Gestores** – Claudomiro Gomes Macedo e Maria do Rocio Pereira Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde), Cláudio Carneiro Margarida (1ª Regional de Saúde). **Prestadores dos Serviços Públicos** – Gabrielle Maria de Mello (HRL – Hospital Regional do Litoral), Júlia Beatriz da Silva Cunha (APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá). **Trabalhadores em Saúde** – Maria Salette de Almeida (Conselho Regional de Odontologia do Paraná – CRO-PR), Nilson Hideki Nishida (Conselho Regional de Farmácia – CRF-PR), Cristiane Maciel Cavanha (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8), Flávia Moreira Pinto (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-PR), Vera Lúcia da Veiga Jorge (SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná), Vanessa de Oliveira Lucchesi (Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª REGIÃO). **Usuários** – José Dougiva da Silva Costa (ABEAP – Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas da Categoria dos Estivadores), Maria Feliciano dos Santos (Asilo São Vicente de Paulo), Vanusa Cristina da Silva (UNIÃO EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel), Jean Carlos Kuiavinski Freire e Avani Florêncio Pedro Carneiro (Congregação Mariana Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Gilvanda Souza da Silva Queiroz (ACEDA – Associação de Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá), Sonia Maria Resende Monteiro (Pastoral da Criança), Adenilson de Paiva Domingues (Sindipetro PR/SC – Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina), Waltencir de Oliveira (STIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Litoral), Mauro Bueno de Paula (APRUMPAR – Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá). **Ausentes com Justificativa** – Eurimar Aparecida Ribeiro Baioni (Instituto Peito Aberto), Roberto Costa (UMAMP – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá). **Convidados** – Sandra Hoffmann Fex (Família Acolhedora), Marildes Custódio do Amaral (Família Acolhedora), Andrea Gomes de Moura (SEMSA), Lesandro Marcos Floriano Filho (Curador da Fundação), Alessandra H. Genelhord (SEMSA), Melissa S.H. Nishida (CREFITO-8), Carlos A. Fangueiro (Câmara), Eliniz Mendes (SEMSA), Lúcia Regina de C. Cordeiro (SEMSA), Adenilson de Paiva Rodrigues (Petrobras). **Dougiva (ABEAPP)**: - Cumprimentou e agradeceu a presença de todos, em seguida passou

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

a palavra a Secretária Maria para a leitura da ordem do dia. **Maria (SEMSA):** - Cumprimentou a todos e fez a leitura. **Dougiva (ABEAPP):** - Colocou em aprovação a ordem do dia a qual foi “**aprovada**” sem nenhuma objeção. Passou a palavra ao Vice-presidente para fazer as justificativas e expedientes do Conselho. **Nilson (CRF):** - Cumprimentou a todos. Fez a justificativa dos Conselheiros Eurimar Aparecida Ribeiro Baioni (Instituto Peito Aberto) e Roberto Costa (UMAMP – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá). Os Expedientes do Conselho são: Ofício nº: 105/2019 da 1ª Regional de Saúde que solicita a substituição dos atuais membros sendo indicados os Senhores Claudio Carneiro Margarida e Glauber Barreto Fonseca, sendo que o Cláudio se encontra presente; Ofício nº: 12/2019 da EMILHAS que solicita a substituição da Conselheira Titular Senhora Eliza Antonieta Pedrussi pela Senhora Vanusa Cristina da Silva a qual está presente; Recebemos o Ofício nº 55/2019 da APAE que solicita o desligamento da Sra. Genevieve Freitas de Camargo Leister substituída pela Sra. Ana Luiza Pioli Bernascki; Processo 49752/2019 Referente à REMUME: Para ciência dos Conselheiros que a REMUME está disponibilizada no site da Prefeitura; Recomendação Administrativa nº 25/2019 do Ministério Público que é relacionada a Recursos Humanos da Cislipa; Processo 52622/2019 Referente ao Processo 257731/2016, cujo assunto é Prestação de Contas/2015, ele está solicitando alguns documentos do Conselho que a nossa Secretária estará encaminhando a Secretaria Municipal de Saúde. **Dougiva (ABEAPP):** - “Aos dois Conselheiros novos aqui presentes sejam bem vindos, quero agradecer a presença do Vereador Carlos Fanguero que sempre está conosco representando o Legislativo. Passamos para o item 2 da ordem do dia Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2019. Todos receberam a Ata por email? Em aprovação quem estiver de acordo permaneça como está e quem for contrário que se manifeste. Não havendo manifestação está “**aprovada**”. Item 3 da ordem do dia Apresentação do Programa Família Acolhedora da Secretaria de Assistência Social. **Marildes (Assistência Social):** - “Boa tarde a todos, sou Assistente Social, estou há um mês no Programa Família Acolhedora trabalhando com a Sandra Psicóloga. Nós vamos apresentar um pouco do programa que já está em funcionamento há aproximadamente um ano e a nossa intenção dessa apresentação é divulgar, levar ao conhecimento de várias áreas para contribuir bastante pra nossa divulgação. O objetivo do Programa é o acolhimento familiar, tem uma Poesia que diz assim: Atrás de cada criança que acredita em si mesma, está uma família que acreditou primeiro. O Programa Família Acolhedora ele vem há uma longa data sendo implantado em vários Municípios, no Paraná tem Municípios sendo exemplo, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Piên, e o Programa Família Acolhedor ele é um programa da Rede de Proteção Social de Alta Complexidade. Iniciou-se a legalização de algo relacionado ao acolhimento familiar pela Constituição Federal de 1988, depois Estatuto da Criança e do adolescente (lei 8069/90), a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social - Lei 8.742/1993, a Política Nacional de Assistência Social, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social e a Lei Municipal nº 3754,

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

de 25 de maio de 2018.” Passou a palavra para a Sandra. **Sandra (Assistência Social):** - Cumprimentou a todos. “Dando sequência ao que a Marildes colocou o projeto trata e cuida de crianças que foram ou estão sendo afastadas da família por não ser preservado os direitos delas, no entanto o acolhimento tanto faz Institucional ou familiar como é o nosso caso é uma situação excepcional, é em última instância onde já se tentou várias coisas, então se não há condições a criança é afastada da família para que então essa família tenha a oportunidade de se tratar seja ela qual for o tratamento necessário como é feito nas Unidades de Acolhimento aqui em Paranaguá, no entanto nos mês passado participamos do Simpósio Internacional e aí surgir a idéia de vir aqui apresentar pra vocês esse projeto. O título desse Simpósio era a questão da equidade, a garantia da equidade das crianças, a oportunidade igual para todas as crianças, nesse caso do acolhimento familiar é que ela permaneça na convivência familiar diferente da Institucional, então o Projeto Família Acolhedora como sendo uma ação inovadora aqui no Município e em termos gerais, 5% (cinco por cento) das crianças acolhidas estão em famílias acolhedoras em termos de Brasil e 95% (noventa e cinco por

cento) ainda estão Institucionalizadas, ou seja, estão em abrigos. O Projeto pretende garantir a qualidade essencial dos serviços de parentalidade, resgatando-o junto à família de origem e também desenvolvendo tal qualidade junto às famílias acolhedoras habilitadas pelo serviço. Para participar do Programa a família tem participar de uma capacitação, ela terá o acompanhamento semanalmente de uma Psicóloga e uma Assistente Social e se a família necessitar receber orientações dessa equipe técnica. O objetivo do programa é realizar o Acolhimento em família/comunidade. A finalidade do Programa é propiciar durante o acolhimento experiências reparadoras a criança e ao adolescente. No Simpósio vimos que a falta de estimulação nos primeiros 03 (três) anos de vida da criança geram nela um dano que muitas vezes é irreparável, então há de se fazer muita estimulação, ter um tratamento diferenciado para essa criança para que ela consiga se desenvolver e assim garantirmos a equidade. Ser Família Acolhedora significa “Olhar o mundo com os olhos da criança acolhida” a partir do momento que a Família acolhedora passou pela capacitação e recebe uma criança em casa, ou um grupo de irmãos, ou adolescente, ou um grupo de irmãos com adolescentes, ela passa a ver a vida com os olhos dessa criança acolhida. As atribuições da família acolhedora são várias evidentemente não é como um filho, eu não vou poder tratar como meu filho, até porque não é uma adoção, ela vai ter que seguir a vida dela, retomar ou vai pra uma adoção em alguns casos extremos, em alguns casos retornam com a família, mas a família acolhedora ela tem algumas responsabilidades como todas as atividades que envolvem a vida de uma criança ou um adolescente (levar à escola, fazer um lanche, acompanhar nas tarefas, ir às reuniões da escola, acompanhar notas, levar na saúde, vacinação, se tiver que fazer algum tratamento seja ele em CAPS, seja ele outro tipo de tratamento que a criança precise, a família acolhedora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

ela tem que se responsabilizar a dar continuidade ou até iniciar esse acompanhamento; Prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou ao adolescente acolhido; Para participar do Programa ela tem que ser capacitada, ela passa por um processo de capacitação que consiste basicamente em inscrição, visita da equipe, avaliação psicológica familiar e depois disso é feita a capacitação são três encontros, cada encontro tem um tema específico, a parte jurídica, a psicológica e a social. Após a familiar ser capacitada à própria família vai se responsabilizar e preparar essa criança ou adolescente para o retorno da família se for o caso ou se for pra uma adoção terão os encontros pra ver se a criança se adapta a essa família, mas isso é de responsabilidade da família. O acolhimento tem as audiências, o Ministério Público orienta e o Judiciário que acolhe e nós Assistência executamos, então essa família tem que ir às audiências quando assim

for necessário pra justificar o que está acontecendo. Fluxo do serviço acolhimento familiar a porta de entrada nas Unidades acontecem dessa forma Conselho Tutelar; em caso grave o Conselho Tutelar informa o Ministério Público e solicita que o Juiz Vara da Infância e da Juventude. Após o acolhimento o Conselho Tutelar nos informa perfil da criança ou adolescente que precisa ser acolhida. Nós do serviço fazemos o contato com a família informando que o Conselho Tutelar levará a criança ou adolescente e o desacolhimento que foi o que comentei que é o retorno para a família de origem ou encaminhamento para família substituta. A habilitação das Famílias Acolhedoras é em vários Módulos que terá a Apresentação Inicial; Apresentação do Estatuto da Criança e do adolescente; vai se falar em convivência familiar e comunitária; Apresentação da rede de proteção; Mitos e verdades do acolhimento; Importância dos limites; a questão do apego e desapego; Roda de conversa entre as famílias (apoio na superação das dificuldades e apresentação das superações vivenciadas); Orientações sobre saúde, matrícula escola; Atendimento à comunidade em geral na sede do Programa Família Acolhedora (hoje nós estamos no antigo Lar das Meninas no Emboguaçu com uma mudança prevista para Manoel Correa onde está o Conselho Tutelar, mas ainda não sabemos quando ocorrerá essa mudança); Contatos telefônicos; São realizadas as visitas domiciliares semanais (estamos com três crianças em duas famílias); Participação em audiências (acima de 12 anos); é realizada a aproximação da criança/adolescente com a família de origem ou extensa; Encaminhamentos diversos e Aplicação do álbum “Minhas Recordações”.
Sandra (Assistência Social): - “O que ficou meio fora do contexto foi o álbum “Minhas Recordações” que é um trabalho que ainda não iniciamos, é importante contextualizar como está a situação do Programa Família Acolhedora hoje no Município, nós temos duas famílias acolhedoras capacitadas que já estão com crianças são três crianças e são oito famílias que estão em processo de capacitação e o “Minhas Recordações” seria um tema para capacitações para depois que a criança já está com a família.” **Marildes (Assistência Social):** -

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

“Requisitos para inscrição: Não ter interesse em adoção; Concordância de todos os membros da família; Ter residência no município; Disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção às crianças e adolescentes; Ter disponibilidade para participar do processo de seleção capacitação e acompanhamentos propostos pelo serviço, a pessoa tem que estar ciente disso, porque é no horário que nós trabalhamos então essa pessoa terá que sair do trabalho ou modificar a sua rotina pra comparecer nos dias que for agendada a capacitação; Apresentar documentação solicitada; Maior de 25 anos; Parecer favorável da Equipe Técnica do Programa.” **Sandra (Assistência Social):** - “A questão de não ter interesse em adoção é bem complicado porque nós vamos bater na tecla do afeto, porque criamos vínculos e uma hora inevitavelmente essa criança vai seguir a vida dela, aqui é muito comum as pessoas cuidarem dos filhos dos outros, na prática enquanto pequena isso funciona o problema começa quando entra na adolescência que começam os conflitos e a pessoa larga esse adolescente, com base nisso quando nós vamos sair em divulgação como foi o caso da Ilha de São Miguel onde um grupo de família gostaria de ser Família Acolhedora e na conversa com elas ficou muito claro que todos queriam adotar e por isso essa questão de não interesse precisa ser frisado. A Metodologia do Serviço: Entrevista; Visita domiciliar; Atendimento ao público em geral quando necessário; Reunião mensal; Encaminhamentos diversos; Estudo de caso; Encaminhamento de relatórios para (rede socioassistencial, Ministério Público e Poder Judiciário); Participação em audiências; Construção de Planos e Metas, dentro da Assistência temos que construir um Plano Individual de Acolhimento, neste Plano relata a história da criança ou adolescente e são traçadas metas para aquela criança que é descrito nesse plano que a gente chama de PIA e esse PIA então é seguido, fazemos esse plano pensando na criança enquanto ela estiver no acolhimento; Acompanhamento do Guia de Orientações.” **Dougiva (ABEAPP):** - “Alguém tem alguma pergunta?” **Vera (Sindsaúde):** - “Quando você falou que essa família acolhedora ela não pode ter a intenção de adotar, quantas famílias acolhedoras já tem?” **Sandra (Assistência Social):** - “Já temos duas sem intenção de adotar.” **Vera (Sindsaúde):** - “Eu vejo como profissional de enfermagem quando você falou que não pode ter a intenção de adotar me doeu o coração porque a pessoa cria um vínculo, chega o dia que a criança tem que voltar a sua família e essa criança tem que cortar mais um vínculo e isso me chamou bastante atenção porque mexe com o psicológico dessa criança. No meu entendimento seria bom que as famílias pudesse adotar, porque fiquei triste com isso o meu psicológico já não daria pra ser uma família acolhedora.” **Dougiva (ABEAPP):** - “Esse programa originou aqui em Paranaguá?” **Sandra (Assistência Social):** - “Não, o programa surgiu em uma Lei Federal e o Estado repassa um subsídio para os Municípios estarem implantando o programa.” **Dougiva (ABEAPP):** - “Nessa capacitação que vocês dão participa o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Juventude? Qual é tempo de definição dessa criança sair da família de origem para a família acolhedora e depois pra ser devolvida a família de origem?” **Marildes (Assistência Social):** - “O tempo máximo

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

é dois anos.” **Sandra (Assistência Social):** - “É uma colocação bastante interessante, é algo novo e por ser novo a gente tende a ser muito cuidadoso, eu comecei a minha fala dizendo que o acolhimento é excepcional porque já se tentou de tudo. O sucesso (não sei se a palavra é essa, mas enfim) o sucesso do programa ele está intimamente relacionado com o fato de poder a rede trabalhar e funcionar. E aproveitar eu entendo Vera a sua preocupação, mas eu gostaria de responder a sua questão dizendo o seguinte: “Essas crianças elas estão acolhidas porque algo de muito ruim aconteceu com elas e aí qual é a opção que se tem? A gente não tem muita opção, então pra evitar um dano maior então existe o programa acolhimento familiar, porque as duas instituições que temos em Paranaguá são muito boas a questão é que é uma instituição, são vinte crianças ou mais no mesmo ambiente, com idades diversas e tem que receber o atendimento de poucas pessoas, não tem um atendimento individual.” **Vera (Sindsaúde):** - “Quando eu coloquei foi pelo fato dessa criança ter mais um vínculo cortado e o dano psicológico.” **Lígia (SEMSA):** - “Esse é um Programa Nacional, então as regras e regulamento é Nacional, talvez tenha faltado um pouco de empatia do Legislador a nível Federal de não ter previsto isso, mas eu desconheço a nível de Brasil qualquer Família Acolhedora que tenha conseguido fazer a adoção por isso é uma Lei Federal, não adianta a gente discutir aquilo que de repente não consegue mudar nesse primeiro momento, a gente acaba perdendo tempo aqui na reunião, mas eu quero que fique constado em ata que isso é uma Regulamentação Federal, não é culpa do Município temos que seguir as regras, cabe aos munícipes e aos servidores público aquilo que a Lei prevê e no caso todas as famílias acolhedoras elas tem ciência dessa regra.” **Fangueiro (Câmara):** - “Tem algum subsídio para a Família Acolhedora?” **Sandra (Assistência Social):** - “Dentro do Programa e da Lei as famílias que estão cadastradas e habilitadas a receber uma criança, quando estiverem com alguma criança recebem um salário mínimo de ajuda de custo, não é o que vai precisar pra sustentar a criança, mas a gente sabe que criança precisa das coisas, então o Município garante, a Lei exige isso, querem implantar o projeto então tem que garantir a todas as famílias acolhedoras um salário mínimo quando estiver com a criança.” **Marildes (Assistência Social):** - “Eu vou responder a pergunta sobre o Conselho Tutelar. No início do ano de 2020 nós queremos fazer uma capacitação para os Conselheiros até porque vai ter a nova eleição e terão novos Conselheiros pra falar sobre o programa.” **Dougiva (ABEAPP):** - Agradeceu a apresentação e torce para que o projeto dê certo e que contem com o Conselho. Passamos para o próximo item Protocolo de Dispensação de Imunobiológico (vacinas). **Andrea Moura (SEMSA):** - Cumprimentou a todos. “Esse protocolo é interno, é entre a Epidemiologia e as Unidades Básicas serve para melhorar a comunicação entre a gente em relação à dispensação dos Imunobiológico. A gente usava o SI-PNI, hoje temos um sistema próprio que é SODES, temos dois técnicos dentro da Secretaria de Saúde que qualquer problema que a Unidade tenha em relação ao sistema eles estão ali pra resolver. Quando foi trocado pra essa empresa todos foram capacitados. Como estávamos

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

tendo muitos problemas nessa comunicação de abastecimento, muitas Unidades faziam pedido de vacina por email, whatsapp, a gente resolveu fazer essa solicitação através do sistema. A Unidade de Saúde pede vacina pra nós ou no dia 15 ou no dia 30. Como funciona esse abastecimento? A Secretaria de Saúde ela usa um sistema do Ministério da Saúde pra pedir as vacinas pra 1ª Regional, então a gente pode pedir essas vacinas pra 1ª Regional até o dia 25, a gente faz pelo sistema, quando está faltando vacina pedimos pra 1ª Regional, eles recebem a solicitação, liberam e nós vamos pegar assim a gente abastece a nossa rede. O dia 15 e dia 30 as Unidades começam a fazer os seus pedidos, mandam para o sistema, damos baixa, a responsável separa o pedido por Unidade de Saúde e é entregue pelo caminhão refrigerado as Unidades e quando eles recebem a gente leva uma nota contendo quais as vacinas que estamos entregando e as quantidades, eles tem que verificar se está tudo certo e assinar, fica um comprovante pra eles e outro pra nós. Se eles pedem fora desses dois dias a gente também libera só que nós não entregamos, a responsabilidade de pegar essas vacinas é do supervisor, isso é pra melhorar esse fluxo. Fazendo pelo sistema é uma forma de proteger a Unidade porque tem como provar que ele pediu e a gente também comprovar se foi pedido ou não, já estamos fazendo pelo sistema da SODES e está funcionando bastante. Quando as Unidades de Saúde recebem essas vacinas elas alimentam o sistema dizendo que recebeu e comunica o lote, toda criança que é vacina também eles alimentam o sistema, então se ele não alimentar o sistema da Unidade a responsabilidade é do técnico de enfermagem que está ali dentro da sala de imunização.” “Quando vai enviar pro DATASUS que é pro Ministério da Saúde o técnico da SODES que vai, ele pega faz a exportação ele relança pro SI-PNI e do SI-PNI vai pro DATASUS pra dizer quantas crianças foram vacinadas.” “Com essa empresa facilitou bastante porque temos apoio técnico todo dia e fazendo esse protocolo também facilitou como estávamos tendo muitos problemas em relação à comunicação seguindo esse protocolo melhorou muito essa questão do abastecimento.” **Nilson (CRF):** - “Alguém tem dúvidas sobre o assunto apresentado?” “Como é protocolo temos que colocar em aprovação.” “Quem concorda permaneça como está e quem se abstém ou tem algo contrário que se manifeste.” “**Aprovado**”. Passamos para Assuntos Gerais a Melissa vai falar sobre o Simpósio Internacional na área da Saúde. **Melissa (CREFITTO 8):** - Cumprimentou a todos. “Como vocês ouviram as nossas colegas falaram sobre o Simpósio e eu deixei pra falar agora em assuntos gerais uma coisa que as meninas abordaram muito foi sobre a parentalidade que foi muito dito nesse Simpósio, na verdade foi o VIII Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância cujo tema era “Equidade na Primeira Infância: os primeiros passos para um Brasil mais justo” ele aconteceu em São Paulo, mas foi aberto o pessoal ia fazer via web conferência e a nossa colega fisioterapeuta Tainá que trabalha na Vila Garcia junto com a Vanessa ela conseguiu o contato e ia assistir sozinha e ela resolveu abrir para os colegas, então pediu ajuda pra 1ª Regional de Saúde na pessoa do Vitor pra poder usar o auditório e o sistema de informática pra

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

poder passar pra quem quisesse, eram cinquenta cadeiras a gente conseguiu vinte e poucas e as nossas colegas estavam lá e foi muito legal da Tainá ter aberto essa possibilidade porque a gente aprendeu muita coisa, as colegas aqui já até aplicaram no projeto, mas o que foi passado lá fazendo um resumo o que eles queriam dizer da falta de oportunidades das famílias mais vulneráveis, o palestrante até falou hoje é a loteria ou você nasce numa família rica ou você nasce numa família pobre, na família rica você terá todas as oportunidades de aprendizado, de melhor emprego, de melhores faculdades, na família pobre não sabe nem se vai estudar. O que foi discutido foi que a gente precisa ter um trabalho intersetorial pra dar oportunidade para aquela criança até 3-4 anos estar apta a chegar à escola com um melhor aprendizado, sabendo aproveitar melhor tudo que lhe é ofertado naquele momento. O doutor Dráuzio Varella foi um dos palestrantes e uma coisa que ele falou que eu nunca tinha parado pra pensar foi que um bebê ele gasta 90%(noventa por cento) de energia dele pro cérebro por isso que ele dorme muito e aí a criança com 3-4 anos ela gasta 60%(sessenta por cento) da energia do cérebro, ou seja, ela já começa a brincar, e aí quando se tem uma criança dentro de uma família vulnerável onde ela não tem saneamento básico, onde ela não tem vacina, onde ela contrai enfermidade esse 60%(sessenta por cento) da energia chega a ser menos porque o corpo tem que combater a enfermidade, ou seja, ele não desenvolve cérebro e isso foi um tema que foi abordado pelo doutor Dráuzio Varella e que pela saúde precisamos dar oportunidades para um bom desenvolvimento da criança, os pré-natais, alimentação da gestante, a gente sabe que hoje temos o programa do leite pelo Paraná, não só alimentação, mas tratamento com a depressão pós parto, muitas mulheres após o parto rejeitam a criança e isso causa traumas na criança, isso traz consequências depois na vida adulta e tem um pesquisador da Universidade de Harvard que diz que essas crianças que recebem esse tipo de estímulo negativo além de persistir esse trauma ela ainda pode passar para as próximas gerações, então esse é o grande problema da vulnerabilidade. O que a saúde pode fazer por isso? Qual é a melhor estratégia para se combater essa vulnerabilidade? Em curto prazo seria a bolsa família, a melhora da renda, a estratégia da saúde da família, melhorar o saneamento básico e isso nós como Conselheiros estamos vendo que está acontecendo a nossa estratégia de saúde da família está aumentando as áreas de cobertura e isso já é um passo. Outra coisa que o professor tinha falado em priorizar os gastos a política pública na primeira infância ele comenta que seria muito interessante dentro das Secretarias terem algum departamento voltado para a primeira infância, porque o que eles dizem é que a primeira infância é que vai fazer o futuro do país, ele até fala dessa forma: "Assegurar que a criança chegue em pé de igualdade na escola para poder aprender, é um projeto de mudança profunda para a nação, sigamos aprendendo." Na verdade é um projeto de intersetorialidade, as colegas já abraçaram a causa, eles também falaram de pais que não tem condições de cuidar das crianças, que podem trazer esse trauma pra criança e que hoje em dia a gente tem muito jovem que nem estuda e nem trabalha

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

por mais que a nossa grade curricular tenha aumentado o tempo de estudo a gente não aumentou o número de trabalhadores produtivos e isso precisa mudar e pra isso mudar tem que começar na saúde, a gestação da criança, acompanhamento da mãe e assim por diante.” **Maria Salete (CRO):** - “Nós tivemos uma reunião com o Estado semana passada referente a Saúde Bucal e um dos projetos da Saúde Bucal é com crianças de 0 à 5 anos, então tudo fecha, começa na gestante e depois vai de 0 à 5 anos nas crianças e eles estão montando novamente um projeto em cima da linha guia que vai ser lançado no ano de 2021.” **Melissa (CREFITTO 8):** - “Foi legal porque tivemos vários exemplos durante o Simpósio dos Estados Unidos e a gente pode ter uma idéia do que eles fizeram lá e a gente pode fazer aqui por isso é importante a gente divulgar e deixar registrado que existem outras formas de ajudar.” **Nilson (CRF):** - “Hoje a gente tem a tecnologia, esse foi um Simpósio Internacional que foi feito em São Paulo nem todos poderia estar presente e com o uso da tecnologia a gente consegue divulgar isso pra mais locais, como foi transmitido tudo por internet e o pessoal pode assistir, pode participar, fazer perguntas e que a gente pode trazer até para o Conselho no caso de não conseguirmos trazer um professor pra fazer um treinamento podemos fazer por vídeo conferência, ano que vem iniciando a nova gestão podemos trazer a tecnologia ao nosso apoio, temos a Secretaria de Saúde com auditório novo, a 1ª Regional.” **Dougiva (ABEAPP):** - Agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a reunião e eu Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni, secretariei, redigi e digitei a ata e assino em conjunto com o Presidente deste Conselho, conselheiro José Dougiva da Silva Costa, em anexo segue a lista de presença.

 

